

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 12/2018

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2018

(Contém 13 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 12/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2018**

Aos quinze dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 5 de junho de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação os Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Nelson António Rosa dos Santos, porque não estiveram presentes naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



ANTES DA ORDEM DO DIA:**DESCENTRALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que, em anterior mandato, enquanto membro da Assembleia Municipal, defendeu que as sessões da Assembleia Municipal deveriam realizar-se, de modo rotativo, em todas as Freguesias do Concelho. Mas chegou à conclusão que sendo as sessões convocadas para as 20h30, não há uma interação com as localidades. Em sua opinião, as sessões deveriam ser agendadas para as 17h00 ou 18h00 e duas horas antes, podia-se fazer um "briefing", de forma a que todos os membros dos Órgãos Autárquicos pudessem tomar conhecimento das necessidades ou projetos para aquela Freguesia. Deixou esta sugestão para reflexão que, em sua opinião, seria uma mais valia para todos e iria permitir haver uma maior aproximação dos membros dos Órgãos deste Município, com a realidade de cada Freguesia do Concelho.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que enquanto Presidente da Assembleia Municipal, no mandato anterior, marcou encontros e visitas, durante a tarde, para todos os membros da Assembleia Municipal e não foi fácil conciliar, devido à atividade profissional dos respetivos membros. Nem todos tinham disponibilidade para participar nos eventos programados.

A Senhora Presidente da Câmara comentou que a ideia é positiva e caberá aos responsáveis de cada grupo partidário sensibilizar todos os membros, para que seja possível essa disponibilidade, para concretização desses programas. O sucesso desta iniciativa dependerá da disponibilidade de todos.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:**PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre a atividade camarária, com os seguintes assuntos:

- Estudantes Lagoenses participam no XV Congresso Internacional das Cidades Educadoras em Cascais;



- Ricardo Martins Mota enaltece mérito e resultado alcançado por Gonçalo Rodrigues no Mundial de Jet ski;
- Clube Desportivo Operário de Lagoa alcança 1.º e 2.º lugar no III Trail Run do Regimento de Guarnição n.º 2;
- Ação conjunta de monitorização de resíduos realizada na Lagoa;
- Feira Anual de Ciência na Escola Secundária de Lagoa capta interesse dos jovens Lagoenses;
- Cristina Calisto afirma que é preciso reforçar o empreendedorismo local para competir a nível Regional e Nacional;
- Diversões aquáticas na Caloura e no Complexo Municipal de Piscinas é a proposta vencedora do OPJ-2018;
- Clube de Patinagem de Santa Cruz participou nos dias 9 e 10 de junho, na Taça de Portugal;
- Portugal X Espanha da Fifa World Cup Rússia 2018 transmitido em ecrã gigante na Praça de Água de Pau;
- Autarquia Lagoense levou a ciência a centenas de jovens nas escolas;
- Lagoa acolhe Torneio da Juventude de Xadrez;
- Percorso Pedestre dá a conhecer a área protegida para a gestão de habitats ou espécies da serra de Água de Pau;
- “Férias na Biblioteca” ocupa crianças lagoenses de forma lúdica e educativa;
- Delta Blues Riders substitui Peter Storm & The Blues Society, no Caloura Blues.

Em relação ao primeiro assunto da informação apresentada, sobre a atividade camarária, o Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se terá custos para a Câmara Municipal, a participação dos dois estudantes Lagoenses no XV Congresso Internacional das Cidades Educadoras em Cascais.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que será apenas com a deslocação, o pagamento de duas passagens aéreas. Por parte da Escola Secundária de Lagoa foi apresentada uma candidatura para a participação no XV Congresso Internacional das Cidades Educadoras.

Igualmente questionou, o Senhor Vereador Roberto Oliveira, qual foi o patrocínio da Câmara Municipal com a participação do Gonçalo Rodrigues nos campeonatos de Jet ski.

O Senhor Vice-Presidente Ricardo Martins Mota respondeu que foi com a deslocação, o pagamento de duas passagens aéreas. Mais informou que o atleta tem apoios da Federação.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que foi referido “Cristina Calisto afirma que é preciso reforçar o empreendedorismo local para competir a nível Regional e Nacional” e questionou a que se refere a nível “Nacional”.



A Senhora Presidente da Câmara respondeu que cada vez mais há necessidade de se apostar no empreendedorismo. Há pessoas com boas ideias e bons projetos de negócio e há que implementar onde a nossa capacidade de criatividade e a diferenciação fazem a distinção.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que neste assunto foi ainda referido as obras que decorreram na freguesia de Santa Cruz e comentou que a Freguesia de Água de Pau ficou para trás. Para as obras de remodelação do Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau não se arranjou verbas tão elevadas.

A Senhora Presidente da Câmara informou que na Freguesia de Água de Pau foi feito um parque infantil, com uma candidatura ao Prorural e também se realizaram as obras de requalificação do Polidesportivo de Água de Pau, igualmente, com uma candidatura ao Prorural. Mais informou que, este ano, está contemplado em orçamento a requalificação do Jardim de Nossa Senhora dos Anjos, em Água de Pau, cujo projeto só agora foi apresentado. Relembrou ainda, o grande investimento na Baixa d'Areia, na ordem de quase um milhão de euros e a obra do saneamento básico de Água de Pau que ascendeu os três milhões de euros.

Relativamente ao Orçamento Participativo Jovem 2018, o Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que não lhe agradou muito o projeto vencedor - Diversões aquáticas na Caloura e no Complexo Municipal de Piscinas, em sua opinião, já são projetos consolidados. Referiu que achou muito interessante o projeto que teve a segunda maior votação, "Festival de Cores", no Cabouco. É uma ideia que bem explorada poderá ser inovadora, fazer um festival que seja interativo com a população.

O Senhor Vice-Presidente Ricardo Martins Mota respondeu que o projeto vencedor tem como principal objetivo a colocação de um escorrega na fuma do Complexo Municipal de Piscinas e de uma prancha na zona Balnear da Caloura. Há a memória do escorrega no Complexo Municipal de Piscinas e este projeto surge com base nessa razão histórica. Muito provavelmente, também se irá desenvolver o segundo projeto, caso não se esgote a verba do Orçamento Participativo Jovem 2018, no projeto vencedor.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu ainda, que o Senhor Vice-Presidente é um entusiasta dos desportos individuais, é uma vertente a desenvolver, mas não podem esquecer que na Lagoa as massas estão ligadas ao Clube Operário Desportivo e ao Santiago Futebol Clube. Este ano, em termos desportivos, não foi nada favorável para aqueles dois Clubes. Desejou que com a nova imagem 0/947 aqueles dois clubes tenham os seus escalões de formação completos.

O Senhor Vice-Presidente Ricardo Martins Mota informou que relativamente ao Clube Operário Desportivo tem vindo a ser feito um trabalho junto do Clube nesse sentido, para incrementar os escalões de formação. Nesta próxima época vão ter uma agradável surpresa em termos de participação.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual a empresa que foi convidada para apresentar proposta para a elaboração do projeto de requalificação da Praça Nossa Senhora do Rosário.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que foi a empresa do Arq. Francisco Gomes de Menezes.

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE CONGRATULAÇÃO À ASSOCIAÇÃO JUVENIL DO CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO:

Foi presente a proposta para atribuição de um Voto de Congratulação à Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo, subscrita pelo Senhor Vice-Presidente, que abaixo se transcreve:

“A Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo foi fundada a 24 de fevereiro de 2000 e, desde então, tem promovido diversas iniciativas e participado em diversas competições desportivas, através das quais tem almejado resultados de excelência.

Entre as várias conquistas e exibições, destaque para as mais recentes, onde este clube já venceu o título de bicampeão dos Açores, almejado pela equipa feminina Sub-14, no passado dia 2 de junho, conquista que dá acesso à disputa da Taça Nacional que se realizará nos próximos dias 16 e 17 de junho. Igualmente, este clube alcançou, no dia 27 de maio, o título regional de basquetebol masculino no escalão de Sub-18, conquistando um honroso e orgulhoso 3.º lugar na Taça Nacional Final Tour que se realizou, na Marinha Grande, nos dias 2 e 3 de junho. Ambos os feitos desportivos honraram e promoveram o Concelho de Lagoa.

Assim, e considerando os honrosos resultados obtidos pela Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo, toda a dedicação, esforço e trabalho que acabam por potenciar o mérito desportivo inerente a esta coletividade;

Considerando igualmente que, este clube lagoense, por via da competição e formação, tem tido uma intervenção significativa na promoção da atividade física no concelho e na divulgação da modalidade de basquetebol, facto que, por si, constitui um exemplo a seguir, proponho a atribuição de um voto de congratulação à Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo para que continue a desenvolver um trabalho em prol do desporto e da modalidade, de forma profícuo, gratificante e duradoura junto dos lagoenses e promovendo, desta forma, o clube, o Concelho de Lagoa e a própria região além-fronteiras.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a atribuição de um Voto de Congratulação à Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo;



2.º Dar conhecimento deste Voto de Congratulação à Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 3 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DO FESTIVAL CALOURA BLUES, NA BAIXA D'AREIA, EM ÁGUA DE PAU – ZONA A:

Foi presente o processo do procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues, na Baixa d'Areia, em Água de Pau – Zona A. O procedimento concursal tem por objeto a cessão do direito de exploração de 7 (sete) bares, localizados na Zona A do evento Caloura Blues, que se realizará de 27 a 29 de julho de 2018. O direito de exploração é concedido a título precário, pelo prazo de 3 dias, concretamente nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2018, coincidente com a duração do evento.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal explicou os procedimentos apresentados, nos pontos 3 e 4, nomeadamente, as diferenças entre a Zona A e a Zona B.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que apreciou os documentos apresentados, no entanto, pese embora as explicações que já foram dadas, nota um desfasamento muito grande entre as áreas a explorar e solicitou esclarecimentos adicionais, os quais foram esclarecidos pela Senhora Vereadora Albertina Oliveira que tem competência nesta área.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se abstém nas deliberações dos pontos 3 e 4 porque, em sua opinião, entre as duas zonas de exploração, é mais aliciante a Zona B. No seu entender, as duas propostas deviam de ser mais equilibradas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar o processo do procedimento concursal, nas condições apresentadas, para cessão do direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues, na Baixa d'Areia, em Água de Pau – Zona A.



PONTO N.º 4 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DO FESTIVAL CALOURA BLUES, NA BAIXA D'AREIA, EM ÁGUA DE PAU – ZONA B:

Foi presente o processo do procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues, na Baixa d'Areia, em Água de Pau – Zona B. O procedimento concursal tem por objeto a cessão do direito de exploração de 1 (um) bar, localizado na Zona B do evento Caloura Blues, que se realizará de 27 a 29 de julho de 2018. O direito de exploração é concedido a título precário, pelo prazo de 3 dias, concretamente nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2018, coincidente com a duração do evento.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar o processo do procedimento concursal, nas condições apresentadas, para cessão do direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues, na Baixa d'Areia, em Água de Pau – Zona B.

PONTO N.º 5 – DESPACHO - ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DA FESTA BRANCA NO CONVENTO DOS FRADES:

Na sequência do processo de hasta pública que foi presente na reunião da Câmara Municipal, de 20 de abril de 2018, foi presente o despacho emitido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, de adjudicação do direito de exploração dos Bares da Festa Branca, no Convento dos Frades, a Hélder Aguiar Ponte Restauração Unipessoal, Lda. (Republic Bar), pelo valor de 1.500,00 €, acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada.

A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, sendo cinco votos dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e a abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PEDIDO DE PARECER PARA ISENÇÕES FISCAIS DE EMPARCELAMENTO:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Horácio Raposo Pacheco, residente na Rua da Fonte Velha n.º 33, freguesia do Cabouco, deste Concelho, solicitando nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, parecer



com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento rural simples.

Pelo Gabinete Técnico, desta Câmara Municipal foi prestada a informação número 4/2018 que abaixo de transcreve:

“No seguimento do requerimento apresentado pelo Sr. Horácio Raposo Pacheco, relativo ao pedido de isenção fiscal para o emparcelamento rural simples em causa, ao abrigo do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, somos a informar, e tendo em consideração o parecer do IROA emitido sobre o assunto, que o mesmo contribuirá para melhorar a estrutura fundiária local.

Assim, poderá o emparcelamento estar isento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto de Selo, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, não obstante haver uma perda de receita para o Município, irá votar favoravelmente, porque decorre de uma orientação a nível de ordenamento do território que haja o emparcelamento.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento rural simples, conforme requerido por Horácio Raposo Pacheco, nos termos do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto.

PONTO N.º 7 – PROPOSTA – CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS:

Foi presente a proposta que abaixo se transcreve, acompanhada da minuta do contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais, do prédio urbano sito na Avenida Infante D. Henrique n.º 27, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa – Açores:

“Considerando que o apoio ao funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, designadamente, nas vertentes logística, financeira e administrativa é assegurada pelo Município, conforme decorre da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, na sua atual redação;

Considerando as atuais limitações das instalações atualmente utilizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, nomeadamente, a inexistência de gabinetes de trabalho, inexistência de sala de audição da criança e a parca garantia de privacidade de quem recorre à CPCJ de Lagoa, visto partilhar a mesma entrada de serviço e receção com outra Instituição;



Considerando que o atual contrato de arrendamento do espaço é renovável anualmente, salvo se for denunciado por uma das partes e que o proprietário informou esta Câmara Municipal da intenção de venda do imóvel.

Face ao exposto, propõe-se a celebração de um contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais, de duração limitada, entre o Município de Lagoa e a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia S.A., proprietária do prédio urbano sito na Avenida Infante D. Henrique, n.º 27, Concelho de Lagoa – Açores, conforme minuta anexa.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual a razão do contrato de arrendamento ser feito pelo prazo de cinco anos.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal explicou as razões da celebração do presente contrato de arrendamento. Referiu que o Município de Lagoa tem um contrato de arrendamento com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. da fração B, correspondente ao 1.º andar do prédio sito na Av. Infante D. Henrique, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, pelo prazo contratual de um ano e renovável por iguais períodos, no qual estão instalados a CPCJ de Lagoa, o Centro Social e Cultural da Atalhada e o Orfeão de Nossa Senhora do Rosário. A Câmara Municipal foi contactada pelos Serviços da Caixa Geral de Depósitos que informaram que aquela fração está à venda e, até ao final deste ano, podem comunicar que não haverá renovação daquele contrato de arrendamento, pelo que há necessidade de encontrar outros espaços para instalação daqueles serviços. Mais informou que a CPCJ de Lagoa carece de um espaço no centro da Cidade de Lagoa e que se situe próximo da Esquadra da PSP - Polícia de Segurança Pública.

O Senhor Vereador Nelson Santos justificou que este contrato de arrendamento será celebrado pelo prazo certo de cinco anos, com início no dia 1 de janeiro de 2019, renovável por igual período e nas mesmas condições, de forma a garantir alguma estabilidade de permanência e dotar a CPCJ de Lagoa de algumas valências que carecem neste momento, nomeadamente, a privacidade e melhoria das condições de trabalho.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o prazo de cinco anos lhe incomoda, é quase dizer que por parte do Município não têm capacidade, para durante esses cinco anos, com recursos próprios projetar uma solução para instalação daqueles serviços. Acrescentou, que na última reunião da Comissão de Trânsito foi falado que havia negociações para aquisição do prédio do Senhor Aires Borges para construção de um parque de estacionamento e poderia também ser previsto um espaço para apoio ao Município para instalação de serviços.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que todos os cenários são possíveis, mas todas as políticas estão orientadas para a valorização do património edificado. Com os contratos de arrendamento o Município está a valorizar o património edificado. Não quer dizer que outros cenários não possam ser pensados.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se abstém nesta deliberação por entender que o prazo de cinco anos é muito tempo e acreditar, que durante esses cinco anos, o Município tem capacidade para arranjar um espaço para instalação daqueles serviços.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Proceder à celebração de um contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais de duração limitada, entre o Município de Lagoa – Açores e a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia S.A., do prédio urbano sito na Avenida Infante D. Henrique n.º 27, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa – Açores;

2.º Dar conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 8 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 14 de junho do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 604.412,94 € (seiscentos e quatro mil quatrocentos e doze euros e noventa e quatro centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 9 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Carlos Manuel Ferreira da Silva Melo, residente em Rua do Pedro Homem n.º 65, freguesia de São Sebastião, Concelho de Ponta Delgada, na qualidade de proprietário de um prédio misto, sito na Rua do Bago das Socas n.º 92, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, com a área de 9.640,00 m² com as seguintes confrontações: Norte – Canada do Bago; Sul e Nascente – Estrada Nova do Pópulo e Poente – Limites do Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 229/19850923 e inscrito na respetiva matriz predial rústica



sob o artigo n.º 148, seção L e urbana sob o artigo n.º 3637, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 3.780,00 m², que ficará a confrontar a Norte – Canada do Bago; Sul – Carlos Manuel Ferreira da Silva Melo; Nascente – Estrada Nova do Pópulo e Poente – Limites do Concelho.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 105/2018-HM, de 1 de junho do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

A pretensão está em conformidade com o disposto no n.º 4 e no n.º 6 do artigo 6.º do RJUE na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, pelo que não vemos inconveniente na emissão da certidão requerida.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS, ÁGUAS E SERVIÇOS URBANOS:

PONTO N.º 10 – PROPOSTA – ASSUNTOS PRESENTES NA REUNIÃO DE 06-06-2018 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente a proposta com os assuntos presentes na reunião da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, realizada no dia 6 de junho de 2018, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 1.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar e aprovar a proposta apresentada pela Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores;

2.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:00 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.



E eu Fátima de Fátima Silva, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Cristina Calisto
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO